



Em tempo: o vereador José Guedes agradeceu ao Fred e informou que a tela custeada por ele teve o preço de 370 reais. Registrou que disse que devem fazer albergue para os pobres de Belo Horizonte no inferno, não em Nova Lima. Comunicou que ficou chateado porque, infelizmente, o Senhor Presidente não deixou que usasse a palavra como líder na última reunião e ia expor coisas importantes. Afirmou que, pelo Regimento Interno, o líder pode voltar a falar; espera que isso não aconteça mais porque se trata de um direito. _____

Ata dos trabalhos da Reunião Pública Ordinária da Câmara Municipal de Nova Lima. No dia trinta e um de maio de dois mil e onze, às dezoito horas e quinze minutos, reuniu-se a Câmara em sua Sede, achando-se constituída a sua Mesa Diretora pelos senhores vereadores: Nélio Aurélio de Souza – Presidente, Renato Faria Silva – Vice-Presidente e Luciano Vitor Gomes – Secretário. Sob a proteção de Deus, o Senhor Presidente abriu os trabalhos e solicitou a chamada dos vereadores presentes; constatando-se a existência de número legal conforme as assinaturas apostas no livro próprio, verificando-se a presença de todos os vereadores. O Senhor Presidente convidou todos para, de pé, ouvir o Hino Nacional. O Senhor Secretário determinou a leitura das Atas das Reuniões Ordinárias dos dias dezessete e vinte e quatro de maio de dois mil e onze. Em discussão, o vereador José Guedes solicitou fosse retificada a do dia vinte e quatro. Em votação, ambas foram aprovadas. Continuando, o Plenário permitiu a entrada e leitura da proposição de autoria do Poder Executivo: Projeto de Lei nº 1.157/2011, que “Ratifica o Acordo Coletivo 2011/2012, dispõe sobre o reajuste anual do vencimento dos servidores e dá outras providências”. O vereador José Raimundo Martins rogou aos demais vereadores que dispensassem pareceres e



interstícios visto que, segundo informações, a folha de pagamento já está pronta. O vereador Luciano Vitor Gomes ratificou as palavras do vereador Zuca, comunicou que hoje ele chegou à reunião um pouco acima da hora, mas já existia um entendimento sobre a dispensa de pareceres e interstícios desde que houvesse uma emenda supressiva, pois não é necessário que a Câmara ratifique o acordo coletivo. Informou que a presidente do Sindicato dos Servidores Públicos está fazendo que não e propôs ao Senhor Presidente um recesso de cinco minutos para ouvirem o Sindicato. O vereador Cássio Magnani Júnior esclareceu que não houve supressão do artigo, apenas ficou redigido de forma mais recomendável. Elogiou a performance do Sindicato, em especial da presidente Letícia, que mais uma vez conduziu brilhantemente a assembléia para chegar pacificamente a um acordo extremamente benéfico para ambas partes. Concordou com o vereador Zuca quanto à dispensa de pareceres e interstícios para votarem na presente data. O Senhor Presidente registrou que tudo que se faz em benefício do bem, venha de onde vier, é o que interessa. Disse que chamou o Secretário Fernando Taveira para uma reunião com os vereadores na Casa e ele conseguiu resolver o pequeno impasse, assim, votarão o projeto ainda hoje. O vereador Cássio Magnani Júnior levantou uma questão que lhe pareceu muito grave. Relatou que algumas pessoas do Galo o procuraram falando que houve uma reunião da Mineração Phoenix com os moradores para informá-los da passagem de caminhões de 700 toneladas, salvo engano, de cinco em cinco minutos, durante quatro anos, atravessando não apenas o Galo, o que considera mais grave, pois o pessoal da Bela Fama, Nova Suíça, Bicalho, Santa Rita não está sabendo que as carretas passarão ali até Rio Acima para chegar a Ouro Branco. Disse que isto é gravíssimo e vai mudar a história daquela região. Afirmou que acha



estranho porque parece que a prefeitura autorizou este procedimento e a Câmara não sabe de nada, entre a população diretamente envolvida no problema só a do Galo ouviu falar nisso. Ressaltou que devem tomar uma posição, envolver a Câmara nesse processo, solicitar esclarecimentos à prefeitura porque se não fosse esta reunião com o pessoal do Galo, talvez não soubessem da questão. Salientou que deve haver contrapartidas, pois se trata de uma atividade impactante, visto que o minério sairá de Sabará e vai para Ouro Branco. Indagou o que Nova Lima ganhará com isso, dando passagem e sofrendo os percalços que um transporte desta natureza vai causar à cidade, à população e às vias. Registrou que os vereadores ficaram à parte desse problema que, nem politicamente, foi trazido a eles. O vereador Renato Faria Silva lembrou que foi aprovado pedido de audiência pública para discutirem o Marco Regulatório do Minério, comunicou que a Comissão de Participação Popular marcou a audiência para dia 30 de junho. Informou que entrou com o requerimento em função desse problema, pois soube que vai abrir uma mineração perto do Taquaril. Disse que tentarão divulgar amplamente a audiência pública para que convoquem o maior número possível de pessoas. O vereador Cássio Magnani Júnior falou que antes disto devem agir porque, segundo os moradores do Galo, a mineradora já está autorizada a fazer o transporte, assim, devem pelo menos suspender a autorização para depois discutirem, senão daqui a pouco as carretas começam a passar. Destacou que devem indagar à prefeitura como a autorização foi feita e se consideraram os impactos ambientais e na vizinhança. Citou como exemplo quando as carretas de ácido sulfúrico começaram a passar dentro da cidade com autorização da prefeitura. Relatou que era vereador, tiveram que fazer uma lei proibindo o transporte de ácido sulfúrico na zona urbana de Nova Lima, eles



conseguiram uma liminar na justiça, a Câmara teve que ir até o tribunal para derrubar a liminar e, nesta pressão, o Dr. Newton Cardoso resolveu fazer a estrada de contorno para passar as carretas da Morro Velho. Falou que a verdade é esta: a estrada de contorno não foi construída para o povo nova-limense, nem para facilitar o trânsito, foi construída porque a Morro Velho precisava transportar o ácido sulfúrico. O vereador Marcelino Antônio Edwirges disse que o vereador Cássio está coberto de razão. Contou que recentemente Santa Bárbara enfrentou este problema e, se a população e o legislativo não interferissem, iam acabar com o município. Esclareceu que são caminhões de quase oitenta toneladas que acabam com a cidade. Relatou que Raposos também não permitiu que passasse por lá. O vereador José Guedes parabenizou o vereador Cássio e disse que eles vão acabar com as estradas. Ressaltou que a prefeitura tem o costume de esconder vários problemas dos vereadores e há muito tempo usa este artifício, então, a Câmara deve agir e tomar providências porque semana passada foi o albergue e agora vêm as carretas. O Senhor Presidente pediu licença ao público e suspendeu a reunião por cinco minutos. Reabrindo os trabalhos, solicitou a leitura dos pareceres: 1) Parecer da Comissão de Saúde Pública referente ao Projeto de Lei nº 1.029/2009, que “Regulamenta a extensão de jornada de trabalho aos Profissionais de Saúde e aos Especialistas em Serviços de Saúde, de que trata a Lei Municipal nº 2.023/2007, integrantes do Quadro Setorial da Saúde, da Secretaria Municipal de Saúde e dá outras providências”. A comissão emitiu parecer favorável à tramitação do projeto que foi encaminhado à Comissão de Orçamento, Finanças e Tomada de Contas; 2) Parecer da Comissão de Serviços Públicos Municipais referente ao Projeto de Lei nº 1.141/2011, que “Altera a Lei Municipal nº 1.714/2002, institui a Reforma



Administrativa, modificando, criando e/ou excluindo as unidades administrativas e cargos em comissão infradescritos, integrantes da Estrutura Organizacional da Secretaria Municipal de Saúde, SEMSA, além de dar outras providências”. A comissão emitiu parecer favorável à tramitação do projeto. O vereador Renato Faria Silva sugeriu aos vereadores Zuca e José Guedes que assinem um parecer conjunto, considerando que ambos são membros da Comissão de Saúde e já assinaram o supracitado parecer. O vereador José Raimundo Martins relatou que o projeto ficou na Comissão de Serviços Públicos Municipais mais de vinte e um dias e depois de dizer que o governo não manifestou interesse em esclarecer, o Executivo se reuniu com ele e lhe explicou tudo. Afirmou que são criados apenas onze cargos, não tem dúvidas quanto ao projeto e é favorável ao mesmo, assim, emitiu o parecer, além de assinar o parecer da Comissão de Legislação e Justiça. Declarou que têm muita preocupação com a saúde porque vão colocar esse povo na rua e amanhã se houver alguma fatalidade podem jogar nas costas da Câmara. Disse que aprova a sugestão do vereador Renato. Os vereadores Ailton Soares Amaral, José Guedes e José Raimundo Martins, membros da Comissão de Saúde Pública assinaram o parecer. O Senhor Secretário esclareceu que o parecer lido vale para as Comissões de Serviços Públicos Municipais e de Saúde Pública. O Senhor Presidente referendou o Parecer da Comissão de Saúde Pública. Projeto encaminhado à Comissão de Orçamento, Finanças e Tomada de Contas; 3) Parecer da Comissão de Serviços Públicos Municipais referente ao Projeto de Lei nº 1.148/2011, “Fica o Poder Executivo autorizado a instituir o ‘Programa de Combate ao Bullying’, de ação interdisciplinar e de participação comunitária, nas escolas públicas e privadas do Município de Nova Lima”. A comissão emitiu parecer favorável à tramitação do projeto



que foi encaminhado à Comissão de Direitos Humanos. Logo após, o Senhor Presidente colocou em discussão e votação: 1) Projeto de Lei nº 1.144/2011, que “Declara de Utilidade Pública a entidade que menciona e dá outras providências” – Conselho Particular Cristo Redentor da Sociedade de São Vicente de Paulo. Em primeira votação, aprovado, 09 votos; 2) Projeto de Lei nº 1.145/2011, que “Declara de Utilidade Pública a entidade que menciona e dá outras providências” – Conselho Particular Santo Antônio de Morro Velho da Sociedade de São Vicente de Paulo. Em primeira votação, aprovado, 09 votos; 3) Projeto de Lei nº 1.146/2011, que “Institui o Dia Municipal da Juventude”. Em primeira votação, aprovado, 09 votos; 4) Projeto de Lei nº 1.157/2011, que “Ratifica o Acordo Coletivo 2011/2012, dispõe sobre o reajuste anual do vencimento dos servidores e dá outras providências”. O Plenário dispensou pareceres e interstícios para votação da proposição. Em discussão, o vereador Cássio Magnani Júnior informou que só agora teve acesso ao projeto e gostaria de emitir uma opinião como profissional da área. Pediu licença à brilhante Procuradora e disse que entende que qualquer benefício concedido ao servidor público deve estar previsto em lei. Esclareceu que o acordo coletivo está instituindo e prevendo diversos benefícios que não estão na lei, por isso devem ratificá-lo para que tenha validade jurídica. O vereador Luciano Vitor Gomes afirmou que o Sindicato e o Executivo atuaram de forma importantíssima e brilhante, declarou que o interesse do Legislativo sempre foi de resguardar aquilo que é bom para o servidor público. Deixou claro que havia apenas uma dúvida jurídica quanto à redação, pois não quer que amanhã alguém mencione que a Casa queria dificultar ou não queria que saísse o acordo que o Sindicato fez e trouxe para referendarem. Agradeceu à Procuradora que exerceu o seu papel de alertá-los com relação aos riscos



que o Legislativo corre quando faz uma votação encima da hora, visto que o projeto chegou às seis e quinze. Ressaltou que o alerta do vereador Cássio quanto à necessidade da ratificação deixa-os à vontade e tranqüilos para votar. O vereador Renato Faria Silva disse que entende que a presidente do Sindicato é a legítima representante dos servidores públicos de Nova Lima e deve ter segurança e entendimento quanto à necessidade da ratificação da Câmara. Afirmou que votará o projeto original conforme solicitação da presidente do Sindicato legitimamente eleita. O vereador José Guedes solicitou ao Senhor Presidente que conversasse com o prefeito porque é um abuso enviar projetos encima da hora. O vereador Ronaldo Gonçalves Marques registrou que fica muito tranqüilo quando a Câmara realiza discussões sérias considerando o interesse público dos servidores. Salientou que devem enaltecer o trabalho da Procuradora que, com muita propriedade, se posicionou preocupada em preservar e resguardar a Câmara, demonstrando sua capacidade e coragem profissional ao alertá-los. Informou que a emenda confeccionada pela Procuradora propõe que o acordo celebrado seja parte integrante do projeto de lei, passando a ter força de lei. Expôs que do seu ponto de vista jurídico, técnico e político considera que em qualquer das situações o direito do servidor está preservado. Parabenizou a Procuradora que está corretíssima no ponto de vista dela, o qual respeita; parabenizou também aqueles que defendem que ratificar não altera nada. Comunicou que vota tranquilamente, preservando o interesse público dos servidores. O Senhor Presidente passou a presidência ao vice e afirmou que o acordo feito entre o sindicato e a prefeitura no ano passado mudou pouca coisa em relação a este ano, não vê incoerência em votar hoje, pois a folha está pronta e não devem atrasar o pagamento dos servidores. Reassumindo a presidência, colocou o projeto em primeira



e segunda votação. Aprovado, 09 votos e encaminhado à sanção. Na seqüência, colocou em discussão e votação os requerimentos de autoria do vereador Luciano Vitor Gomes:

1) “Que esta respeitosa Casa solicite ao Executivo a construção de um Centro de Controle de Zoonoses, dotado de Canil Municipal”. Em discussão, o autor esclareceu que está replicando o requerimento, visto que já discutiram o assunto na Casa. Frisou que todos sabem dos problemas decorrentes do abandono de cães que não tem culpa e ficam pelas ruas à mercê de maus tratos e transmitindo doenças. Contou que está apurando o envenenamento de cães e acredita que quem está fazendo isto deve ser uma pessoa descrente, sem fé e covarde porque quem recebe o veneno nem sequer pode reagir. Solicitou mais uma vez, disse que não está criticando, sabe que a prefeitura tem suas prioridades, mas acha que Nova Lima, com a renda que possui, pode construir um centro de zoonoses. Informou que o vereador Zuca assinou o requerimento que está à disposição de quem quiser assinar. O vereador José Guedes parabenizou o colega Luck e lembrou que a Câmara vem discutindo há muito o problema dos cães soltos pelas ruas. Relatou que estava assistindo uma missa, os cachorros invadiram o recinto e não deram paz aos fiéis e ao padre. Contou que por descuido a prefeitura perdeu uma verba com a qual poderia construir o canil. Falou que a prefeitura deve tomar providências, principalmente quanto àquela senhora que anda o dia inteiro pelas ruas com cachorros acorrentados e doentes. Solicitou ao Senhor Presidente que faça a caridade de solicitar à Secretaria de Ação Social providências para a internação daquela senhora. O vereador Ailton Soares Amaral parabenizou o vereador Luciano e informou que faz questão de assinar o requerimento. Aprovado, 09 votos; 2) “Que esta respeitosa Casa envie à ‘ONG Verde Novo’ uma moção de aplausos pelas ações desenvolvidas em defesa do meio



ambiente”. Em discussão, o autor parabenizou a ONG Verde Novo pelo trabalho educativo que realiza há anos em Nova Lima. Registrou que dia cinco de junho é Dia Mundial do Meio Ambiente e, em nome da ONG Verde Novo, cumprimentou todas ONGs e pessoas que trabalham em prol do meio ambiente e da preservação do planeta. Aprovado, 08 votos. O vereador José Raimundo Martins relatou que foi pego de surpresa por uma medida adotada pelo Super Nosso localizado em Nova Lima, onde se encontram afixados painéis contendo uma lei do Sr. Márcio Lacerda impedindo que o supermercado distribua sacolas. Afirmou que ninguém é contra, muito pelo contrário, são a favor da substituição do uso de sacolas, pois é um bem para a preservação da nação, mas esclareceu que em Nova Lima existem autoridades e leis que devem ser respeitadas. Afirmou que os grandes comerciantes têm a mania de menosprezar Nova Lima usando suas terras, citou como exemplo o Hard Rock Café que tem uma enorme placa com o nome Belo Horizonte. Informou que seu requerimento é para que a Casa solicite ao proprietário do Super Nosso, enquanto a lei municipal de Nova Lima não for sancionada, que use sacolas como os outros supermercados da cidade. Apresentou a lei que estava pregada e assinada pelo prefeito de Belo Horizonte no comércio de Nova Lima. Reafirmou que são a favor, mas ainda não chegou o momento de aplicar a lei na cidade. O vereador Sandro Lima afirmou que concorda com o vereador Zuca. Relatou que foi à Drogaria Araújo no Ponto Verde, comprou algumas coisas na padaria Pão da Serra, pagou, solicitou a sacola, foi informado de que não forneciam sacolas, pediu o dinheiro de volta e foi embora. Afirmou que considera um absurdo, pois enquanto a substituição do uso de sacolas não for regulamentada no município é um crime contra a população. Antecipou seu voto favorável ao requerimento. O vereador Renato Faria



Silva afirmou que se tivesse na Drogaria Araújo um cartaz daquela natureza, deveriam ter a mesma atitude do vereador Zuca, visto que já aprovam uma lei. O vereador Sandro salientou que o comércio está tomando atitude sem ter a regulamentação da lei no município. O vereador Renato disse que a defesa do meio ambiente é indiferente de lei. Lembrou que aprovaram e o vereador Sandro Lima votou a favor da lei brilhantemente apresentada pelo vereador Ailton. Falou que o vereador Zuca está coberto de razão no que argumenta, pois se trata da intervenção de autoridades de fora no município de Nova Lima, mas se o supermercado não distribuir sacolas está certíssimo, visto que é lei aprovada pela Câmara que ainda não foi sancionada. O vereador Sandro disse ao vereador Tatico que ele está mal informado, equivocado e não está prestando atenção no que tem sido votado nas reuniões; deveria se informar melhor principalmente como vice-presidente da Casa. Relatou que a lei do vereador Ailton está na comissão, não foi votada, nem sancionada. O vereador Renato recordou que disse que a lei não foi sancionada, tramitou na Casa, a Comissão de Legislação e Justiça emitiu parecer favorável e o vereador Sandro Lima votou. Ressaltou que concorda com o vereador Zuca, mas discorda do vereador Sandro Lima em querer defender interesse de supermercado para entupir Nova Lima de sacolas porque Belo Horizonte proibiu. Destacou que não vai defender interesse de grande empresário e sim o interesse do meio ambiente. Aprovado, 09 votos. O vereador Ronaldo Gonçalves Marques propôs dois requerimentos verbais para que a Casa manifeste parabenizando a diretoria que tomou posse na Associação Comunitária do Bairro José de Almeida na pessoa da Presidente Maria Gonçalves de Oliveira Pedro, e envie condolências à família do Senhor Jesus Gonçalves Oliveira. Aprovados, 09 votos. O vereador Marcelino Antônio Edwirges



relatou que foi procurado pelo pai de um aluno da Vicente Estêvão na Bela Fama, informando que ontem uma criança armada adentrou a escola e, graças a Deus, foi desarmada, mas fez sérias ameaças e queria matar várias pessoas. Solicitou à Casa que encaminhe ofício à Secretaria de Educação pedindo a apuração deste fato e reitere mais uma vez à Secretaria de Segurança a necessidade de a Guarda Municipal estar na frente das escolas municipais e estaduais, cumprindo a lei 1.922/2006 de sua autoria e do vereador Luck. Frisou que este fato não pode reincidir, além de outros incidentes que ocorrem nas portas das escolas. Disse que, infelizmente, o avanço das drogas não é privilégio de Nova Lima, acontece no mundo e gera violência, assim, é de extrema importância que a Guarda Municipal esteja na frente das escolas, dando cobertura aos professores, pais de alunos e diretoras. Informou que procurou saber, a Guarda Municipal tem contingente, mas não fica todos os dias na porta das escolas. Contou que amanhã um pessoal que trabalha com ele estará nesse colégio e em outros também com o objetivo de levantar uma estatística, pois a lei aprovada deve ser cumprida. Pediu à Casa que solicite à Secretaria de Educação que as diretoras convoquem a Guarda quando não estiver na porta das escolas, esclareceu que a mesma foi criada para proteger o patrimônio e os alunos também são um patrimônio valioso. Aprovado, 09 votos. O vereador Marcelino comunicou que chegou ao seu conhecimento que, nas últimas duas semanas, quatro casas, três comércios e traseuntes foram assaltados por motoqueiros. Solicitou ao prefeito que sancione o mais rápido possível o projeto de lei aprovado que proíbe motociclista de adentrar portando capacete na cabeça em estabelecimentos públicos e privados para que as pessoas de bem do município que trabalham como mototaxistas não sejam confundidas com bandidos, pois tem certeza que



noventa por cento dos bandidos vêm de fora, transformando Nova Lima numa cidade perigosa. Solicitou à Casa que peça com urgência urgentíssima à Polícia Militar que tome providências rápidas, parando, fiscalizando, pedindo à Polícia Rodoviária que pare os motoqueiros porque noventa por cento dos crimes são praticados por eles. Aprovado, 09 votos. O vereador Cássio Magnani Júnior informou que requer, conforme o que expôs, que a prefeitura suspenda o processo de licenciamento deste transporte ou cancele a licença já concedida até que façam uma discussão mais ampla. Esclareceu que Nova Lima não vai ter nenhum benefício com esta operação já que o minério é retirado em um município e levado para beneficiamento em outro, assim, a cidade vai servir simplesmente de passagem para um transporte extremamente danoso. O vereador Renato Faria Silva salientou que é um momento importante para retomarem o transporte ferroviário no município. O Senhor Presidente comunicou que também foi procurado por várias pessoas do Galo a respeito desses caminhões e solicitou permissão para assinar o requerimento. O vereador Ronaldo Gonçalves Marques cumprimentou o vereador Cássio pelo requerimento e disse que é uma situação muito preocupante que deve ser discutida. O vereador Luciano Vitor Gomes parabenizou o vereador Cássio pela iniciativa e se colocou à disposição como Relator da Comissão do Meio Ambiente. O Senhor Presidente prorrogou a reunião por mais quinze minutos. O vereador José Guedes parabenizou o vereador Cássio e solicitou a ele que vá à prefeitura amanhã pedir providências porque o fato é grave demais. Aprovado, 09 votos. No Grande Expediente, o vereador José Guedes disse que o vereador Luck foi muito feliz ao afirmar que se os vereadores regarem uma planta na praça, os candidatos falarão que estão afogando a planta. Afirmou que isto já está acontecendo em Nova Lima, no seu direito não vai



afinar para os candidatos a candidatos de jeito nenhum, se estiver certo, vão ter a resposta correta porque respeita a Câmara e os candidatos a candidatos. Informou que enviou ofício para a Secretaria de Ação Social, a Sra. Andréa, solicitando a caridade de não demolir o barraco da Sra. Josiane no Alto do Gaia, que aguardasse para estudarem um meio de ajudar esta senhora que ganha quinhentos reais mensais, tem um filho e está muito doente. Relatou que sempre respeitou a Sra. Andréa, mas ela pisou na bola violentamente, pois mandou a informação para o prédio, a covardia aconteceu rápido demais e derrubaram o barraco. Lembrou que um dia antes, o Secretário Taveira esteve na Casa, vários vereadores pediram que a prefeitura olhasse as invasões em Nova Lima e ele simplesmente disse que a Polícia Militar não dá cobertura para demolições de barracos dos invasores. Registrou que ficou assustado com a rapidez da ação da prefeitura e chateado com a Sra. Andréa porque poderia interceder e segurar até que encontrassem uma solução. O vereador Renato Faria Silva se retirou dizendo algumas palavras ao vereador José Guedes. O vereador José Guedes disse que não pode provar, mas segundo informações o vereador que está saindo manda pessoas invadir terrenos em Nova Lima. O vereador Luciano Vitor Gomes sugeriu que na ausência dele não fizesse este tipo de pronunciamento. O vereador José Guedes recordou que houve um bate boca normal, pois o Senhor Presidente ficou um pouco nervoso com ele porque queria se manifestar como líder. Contou que na próxima semana falará sobre certas coisas que não podem acontecer na Casa, visto que não devem ter pressa para terminar a reunião. Solicitou mais calma aos colegas porque estão correndo demais com a reunião. O Senhor Presidente lembrou o vereador José Guedes de que a reunião foi prorrogada por quinze minutos para atendê-lo. Esclareceu que não estava com pressa e procura



conduzir democraticamente os trabalhos, sempre dando oportunidade para ele falar, mas há momentos em que o assunto sai de pauta e deve ter certa rédea para tocar a reunião. Nada mais havendo a tratar, agradeceu a presença de todos e, sob a proteção de Deus, declarou encerrada a reunião. _____